

HABEAS CORPUS Nº 502.355 - MG (2019/0094744-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
IMPETRANTE : RUI BARBOSA MEIRELES DE MELO E OUTRO
ADVOGADOS : RUI BARBOSA MEIRELES DE MELO - MG104853
LUISA GOUVEA DE MELO ARAUJO - MG147158
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : F J B DE A

DECISÃO

Este *habeas corpus* foi impetrado em favor de F. J. B. DE A. que foi intimado para o pagamento de débito alimentar, sob pena de não o fazendo ter sua prisão decretada.

A defesa sustentou haver constrangimento ilegal consubstanciado, em suma, no fato de que o paciente teve sua conta bloqueada e *ficou sem toda sua fonte de renda da qual paga a pensão* e, assim, por não ter como cumprir a ordem de pagamento, encontra-se na iminência de ter expedido mandado de prisão contra si.

Requeru, daí, a concessão de medida liminar, *suspendendo ou determinando o recolhimento da ordem de prisão e expedindo-se salvo-conduto em favor do paciente* (e-STJ, fl. 13).

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

A par de não haver notícia de ter sido ordenada a prisão do paciente e de a Desembargadora relatora no Tribunal de Justiça de Minas Gerais ter asseverado que (1) não foi negada a existência da dívida; (2) há inadimplência por mais de três meses; (3) não se comprovou que a única fonte de renda do paciente advém da aposentadoria; e, (4) *a impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria é mitigada quando se trata do pagamento de dívida alimentar*, o que não se mostra, de plano, manifestamente ilegal, verifica-se que a Corte local ainda não proferiu no *habeas corpus* lá impetrado decisão de mérito capaz de inaugurar a competência do Superior Tribunal de Justiça. Nesse contexto, vem à baila o princípio do enunciado da Súmula 691, do Supremo Tribunal Federal:

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido ao tribunal superior, indefere a liminar".

Ademais, não se olvide que em *habeas corpus* não se faz prova do fato, mas se observa o fato provado e, no caso, como se depreende da decisão do Tribunal local, não se demonstrou que paciente honrou o débito alimentar.

Diante do exposto, porque ainda não firmada a competência desta Corte, nos termos dos arts. 34, XX e 210, do seu Regimento Interno, o indeferimento liminar da ordem é medida que se impõe.

Nessas condições, **INDEFIRO LIMINARMENTE** o pedido de *habeas corpus*.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão à Desembargadora ALBERGARIA COSTA no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC nº 1.0000.19.031583-8/000) e ao Juízo da Vara de Família, da Infância e da Juventude e de Precatórias da Comarca de Cataguases/MG (Processo nº 5002048-06.2018.8.13.0153).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR